



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TARDE

## ANALISTA JUDICIÁRIO - ASSISTENCIAL - PSICÓLOGO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas e uma discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar a folha de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e na folha de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições na folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

1

Há diferentes processos de raciocínio; entre as frases abaixo, aquela que mostra o método indutivo de raciocínio é a seguinte:

- (A) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões provêm deste saco, logo eles são pretos.
- (B) Estes feijões provêm deste saco, estes feijões são pretos, logo todos os feijões deste saco são pretos.
- (C) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões são pretos, logo os feijões provêm deste saco.
- (D) Os feijões deste saco são pretos, assim, eles são pretos porque provêm deste saco.
- (E) Estes feijões deste saco são pretos e também são pretos estes feijões, logo eles provêm deste saco.

2

O escritor italiano Leopardi escreveu em seus *Pensamentos*:

“Como as prisões e as galeras estão cheias de pessoas, segundo elas, inocentíssimas, assim os empregos públicos e as honrarias de toda espécie são ocupados apenas por pessoas convidadas e forçadas a aceitar a seu malgrado. É quase impossível encontrar alguém que confesse ter merecido as penas que sofre, ou procurado ou desejado as honrarias de que goza”.

Sobre a estruturação ou a significação desse fragmento textual do século XVIII, é correto afirmar que:

- (A) os presos e os ocupantes de cargos públicos de importância mostram em comum a hipocrisia;
- (B) o pronome “elas” se refere, anaforicamente, aos substantivos “prisões” e “galeras”;
- (C) a forma verbal “são ocupados” se combina semanticamente com “empregos públicos” e “honrarias”;
- (D) os termos “forçadas” e “penas que sofre” são empregados por ironia;
- (E) o termo “toda espécie” deveria ser adequadamente substituído por “toda a espécie”.

3

A língua escrita tem diferentes funções. Cada uma das alternativas abaixo contém um texto no qual se evidencia uma dessas funções.

A alternativa em que essa função está corretamente explicitada é:

- (A) A cozinheira abriu o livro de receitas de sua avó e seguiu passo a passo as instruções ali dadas. / nesse caso, a função da escrita é a preservação de conhecimentos;
- (B) O rapaz escolheu um dos mais belos poemas de Camões para mandar à sua namorada, mas perguntou-se se aquele poema, de tanto tempo atrás, ainda fazia efeito. / nesse caso, a função da escrita é a de transferir um texto de um local a outro;
- (C) O leitor apreciou com emoção o texto de Guimarães Rosa, que já lia pela vigésima vez, tal a sua beleza. / nesse caso, a função da escrita é transmitir conhecimento para o leitor;
- (D) O repórter colocou à sua frente os nomes dos políticos que precisava citar na reportagem. / nesse caso, a função da escrita é produzir textos de qualidade artística;
- (E) O publicitário fez um cartaz colorido e pregou suas cópias nas paredes do bairro a fim de que os vizinhos conhecessem o produto. / nesse caso, a função da escrita é a de memorizar.

4

A frase abaixo que mostra confusão entre os parônimos “cavaleiro” e “cavalheiro” é:

- (A) “Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?” (O Cortiço – Aluísio Azevedo);
- (B) “A força moral da nação tinha, portanto, desaparecido, e a força material era apenas um fantasma; porque, debaixo das lorigas dos cavaleiros e dos saios dos peões das hostes não havia senão ânimos gelados, que não podiam aquecer-se ao fogo do santo amor da terra natal.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (C) “A esta gente bruta e indomável, cujo esforço vem das crenças da outra vida, se juntam os esquadrões de cavaleiros sarracenos que vagueiam pelas solidões da Arábia, pelas planícies do Egito e pelos vales da Síria...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (D) “Os raios matutinos faziam alvejar os turbantes e cintilavam nos ferros das lanças que os cavaleiros tinham em punho...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (E) “Os cavalheiros passaram um pelo outro como relâmpagos, para logo tornarem a voltar arrancando das espadas.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano).

5

Observe as frases abaixo, retiradas da obra *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

A alternativa em que está correta a forma da palavra sublinhada é:

- (A) “Nestes corações, aonde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina...”;
- (B) “Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar aonde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras.”;
- (C) “Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde ele aparecia.”;
- (D) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, aonde é que se escondera?”;
- (E) “– Quero respirar o ar puro e fresco da tarde; mais nada repliquei. – Leva-me, onde te aprover.”.

6

A frase que mostra um termo sublinhado que só pode ser identificado graças ao conhecimento de mundo do leitor, já que não foi mencionado antes, é:

- (A) O telefone tocou no escritório e o toque foi escutado por todos os presentes.
- (B) A igreja estava cheia, pois era dia de casamento de gente importante; o sacerdote estava com a batina nova.
- (C) A mulher estava grávida de seis meses e durante toda a gravidez pediu que lhe comprassem doces variados.
- (D) O carro era novo e o proprietário exigia que os passageiros limpassem os pés antes de entrarem no veículo.
- (E) Os convidados deixavam os presentes na porta onde eles recebiam a identificação do doador.

7

Todas as frases abaixo mostram um substantivo precedido por um artigo definido. A explicação para esse emprego é dada ao final de cada frase.

A única explicação incorreta é:

- (A) Uma das joias herdadas de meu pai foi um relógio de ouro, datado de 1780. A peça, digna de um museu, havia sido comprada por meu avô em um leilão. / referência a um termo anterior por meio de um hiperônimo;
- (B) A cooperativa agrícola é de todos os sócios com igualdade de direitos. A assembleia de sócios elege uma junta diretora e a junta toma as decisões necessárias. / repetição de um termo já mencionado anteriormente;
- (C) Augusta havia idealizado o seu príncipe encantado como um cavalheiro do século XVIII, um produto de uma tradição cultural concreta. E aqui convém recordar que as tradições culturais constituem um fator de peso nessa área. / referência baseada no conhecimento de mundo do leitor;
- (D) Pode-se imaginar uma apólice de seguros que cobrisse os danos provocados por incêndios florestais? Dada a frequência e magnitude dessas catástrofes, o contrato não seria rentável para nenhum dos lados. / referência a um termo já mencionado (“apólice de seguros”);
- (E) O hotel em Copacabana recebe o turista em um hall espelhado de onde sai um corredor que conduz diretamente aos apartamentos. A passagem está decorada com móveis antigos. / repetição de um termo já mencionado por meio de um sinônimo.

8

No texto abaixo, é necessário apresentar pela primeira vez a entidade a que depois se faz referência.

“\_\_\_\_\_ deixaram obsoletas, em 1937, as de algodão, seda ou lã. As empregadas da casa Du Pont, firma em que trabalhava o inventor dessa peça feminina, Wallace Carothers, foram as primeiras a experimentarem essas meias eróticas. A seguir se venderam 64 milhões de pares nos Estados Unidos.”

A forma mais adequada estruturalmente para preencher a lacuna da frase é:

- (A) As meias de náilon;
- (B) As meias;
- (C) As novas meias;
- (D) As peças femininas eróticas;
- (E) As meias revolucionárias.

9

Uma pergunta muito comum é “Para que aprender a escrever?”. Entre as frases abaixo, aquela que NÃO serve de resposta a essa pergunta é:

- (A) “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (Crítica Literária – Machado de Assis);
- (B) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum.” (Ensaio sobre a Sátira – Dryden);
- (C) “À questão sempre formulada: ‘Por que escreveis?’ a resposta do poeta será sempre a mais breve: ‘Para viver melhor.’!” (Resposta a um Questionário – Saint-John Perse);
- (D) “Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades.” (Cartas a Manuel Bandeira – Mário de Andrade);
- (E) “Instruir e divertir os povos deve ser o empenho dos escritores; os mais hábeis são os que instruem divertindo.” (Máximas, Pensamentos e Reflexões – Marquês de Maricá).

10

A frase abaixo – retirada do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo – em que a palavra “coisa” foi substituída por uma palavra ou expressão de valor referencial inadequado ao contexto é:

- (A) “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas!” / funções;
- (B) “Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. ‘Não que acreditasse nessas coisas’, justificava-se ela, ‘mas fazia porque os outros faziam.’” / tradições;
- (C) “— Tem já o seu pecúlio, tem! considerava ele. A mulher que o quisesse, levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... é moço de muito futuro!” / bens;
- (D) “Era cronicamente virgem, mas afirmava que em moça, rejeitara muito casamento bom. Dava-se a coisas de igreja; sabia vestir anjos de procissão e pintava os cabelos com cosmético preto.” / atividades;
- (E) “Dias, o piedoso, o doce Luís Dias, também comparecera aquela noite à sala do patrão. Lá estava, metido a um canto, roendo ferozmente as unhas, o olhar imóvel sobre Ana Rosa, que, ao piano, dispunha-se a tocar alguma coisa e experimentava as teclas.” / música.

11

Em todas as alternativas abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes demonstrativos.

A única frase em que o pronome substituto NÃO é um pronome demonstrativo, como os demais, é:

- (A) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bomfim);
- (B) “Poucas vezes quem ganha o que não merece agradece o que ganha.” (Quevedo);
- (C) “Deve-se evitar chamar alguém por um apelido, ainda que ele esteja acostumado a isso.” (W. Hazlitt);
- (D) “E desde então todo o povo alemão foi dividido pelo seu governo em duas classes: a dos espíões e a dos espionados.” (Ludwig Börne);
- (E) “Adular os tolos é um meio ordinário de os desfrutar; os velhacos o empregam eficazmente.” (Marquês de Maricá).

12

Nas opções abaixo, há termos destacados que são omitidos na continuidade da frase.

A exceção é:

- (A) “O progresso é a injustiça que cada geração comete em relação à precedente.” (M. Cioran);
- (B) “Amigo verdadeiro é aquele que nos quer apesar de nada.” (Sofocleto);
- (C) “Longo é o caminho ensinado pela teoria, curto e eficaz, o do exemplo.” (Sêneca);
- (D) “De nada serve ao homem ganhar a Lua se chega a perder a Terra.” (François Mauriac);
- (E) “O computador é tão tolo quanto o homem.” (Giraudoux).

13

A frase em que a substituição de um termo extenso (sublinhado) por um mais simples acarreta alteração significativa do sentido original é:

- (A) A totalidade dos eleitores foi impedida de votar em função do temporal que assolou a região. / Todos os;
- (B) Os governos esperam que os eleitores reconheçam os benefícios que lhes foram feitos. / bens;
- (C) Nem sempre a utilização de um remédio traz benefício à saúde. / o uso;
- (D) Os novos decretos institucionalizados não foram bem recebidos pela população. / impressos;
- (E) Um mal generalizado deixa de ser visto como um mal. / geral.

14

Em todas as frases abaixo, estão sublinhados um substantivo e um adjetivo.

A opção em que o adjetivo NÃO corresponde semanticamente ao substantivo é:

- (A) As crianças algumas vezes mudam de reações diante das mesmas coisas e essa mudança infantil é frequente.
- (B) Os esgotos urbanos são muito importantes para a limpeza das idades.
- (C) Periódicos exames cardíacos deixam o coração em paz.
- (D) A Lua continua trazendo surpresas e agora mesmo os chineses trouxeram novidades sobre a face lunar oculta.
- (E) Após a leitura de várias linhas, o aluno decidiu abandonar essa leitura literal e ler mais rapidamente.

15

Considere a frase de Eugênio Mohallem a seguir.

“Aniversário: aquela festa onde comemoramos estar um ano mais próximo da morte.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma estrutura de definição de um termo, feita de forma objetiva;
- (B) o termo “aniversário” foi referido por meio de um sinônimo (“festa”);
- (C) o emprego do demonstrativo “aquela” se justifica pela referência a um tempo distante;
- (D) o termo “onde” mostra um mau emprego, devendo ser substituído por “quando”;
- (E) a frase traz uma visão otimista de um aniversário.

16

Leia a frase de Epicuro a seguir.

“A morte não é nada, já que quando somos, a morte ainda não veio, e quando a morte vem, já não somos.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a repetição do termo “a morte” não traz um problema de estruturação da frase porque há ênfase intencional no emprego;
- (B) como o verbo “ser” é um verbo de ligação, seu emprego na frase reduz a qualidade do texto;
- (C) a expressão “não é nada” equivale a “é tudo”, podendo esta substituir a forma anterior;
- (D) os termos “ainda” e “já” são expressões de tempo, respectivamente de tempo passado e tempo futuro;
- (E) a forma “vem” está inadequada e deveria ser substituída por “vier”, já que se trata de um evento futuro.

17

Todas as opções abaixo mostram orações adjetivas sublinhadas; a alternativa em que houve uma substituição inadequada de uma oração por um adjetivo ou locução é:

- (A) “A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos.” (Gal Costa) / da maturidade;
- (B) “A mocidade é um dia que passa.” (Carmen Suplicy) / passageiro;
- (C) “As únicas raízes que precisamos preservar são as da mandioca.” (Joãosinho Trinta) / preservativas;
- (D) “A espécie humana é a única que sabe que deve morrer.” (Voltaire) / consciente de;
- (E) “Os homens não seguem aqueles que estão em dúvida.” (Walter Lippmann) / vacilantes.

18

Um problema frequente na língua escrita é a redundância, ou seja, a utilização de palavras com o mesmo significado, tornando-as desnecessárias.

A frase abaixo que NÃO mostra nenhum tipo de redundância é:

- (A) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto com o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne);
- (B) “O homem pouco inteligente não pode ter ilusões: ou engana-se a si mesmo ou trata de enganar os outros.” (Stendhal);
- (C) “A pessoa deveria se autoexaminar por bastante tempo antes de pensar em condenar os outros.” (Molière);
- (D) “Uma lagarta que buscasse conhecer a si própria jamais se transformaria numa borboleta.” (André Gide);
- (E) “Cego é o homem que enxerga somente a sua imagem no espelho.” (Ana Maria B. Gil).

19

Na frase de César Augusto – “Apressa-te devagar.” – há a presença de um paradoxo, ou seja, o emprego de palavras que contrariam a lógica ou o senso comum, o que também ocorre na seguinte frase de Machado de Assis:

- (A) “Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exatidão a verdade.” (Memorial de Aires);
- (B) “Mas já que falei dos meus tios, deixem-me aqui fazer um curto espaço genealógico.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas);
- (C) “Sabemos que a moça não era bonita. Pois estava linda, à força da felicidade.” (Quincas Borba);
- (D) “Estava em casa de D. Cesária, onde a irmã escurecia tudo com a sua viuvez recente.” (Memorial de Aires);
- (E) “Eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas).

20

Um dos problemas mais frequentes na língua escrita é o da repetição de palavras idênticas, gerando uma série de diferentes estratégias para evitá-la. Em todas as frases abaixo há repetições de palavras idênticas.

A observação adequada sobre uma dessas repetições é:

- (A) “Se você não for melhor amanhã que hoje, então para que você precisa do amanhã?” (Rahbi da Bratislava) / repetição de palavras da mesma classe gramatical;
- (B) “Um homem competente é um homem que se equivoca segundo as regras.” (Paul Valéry) / repetição de palavras de diferentes classes gramaticais;
- (C) “A adolescência é um tribunal inesperado: o julgamento do pai pelo filho e o julgamento do filho pelo pai.” (Paulo Mendes Campos) / repetição de palavras com significado e classe diferentes;
- (D) “Se os fatos contradizem os profetas, pior para os fatos.” (Nelson Rodrigues) / repetição de palavras da mesma classe gramatical e mesmo significado;
- (E) “A alma é essa coisa que nos pergunta se a alma existe.” (Mário Quintana) / repetição de palavras de significados diferentes.

## Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, é composto pela totalidade dos desembargadores integrantes da Corte e é presidido pelo seu presidente, a quem caberá organizar suas pautas, conduzir as sessões e decidir pontualmente sobre questões de ordem, submetendo-as ao Plenário em caso de oposição de qualquer de seus membros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que as sessões do Tribunal Pleno:

- (A) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (B) poderão ser presenciais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por três quintos dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (C) serão presenciais, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (D) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (E) serão presenciais, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso.

**22**

Lucas, analista lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, praticou, no exercício de suas funções, infração disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2025 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que cabe à Comissão:

- (A) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (B) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (C) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Conselho da Magistratura, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (D) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele;
- (E) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele.

**23**

As serventias judiciais fornecerão certidão relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, ressalvados os processos abarcados por segredo de justiça, observadas as disposições legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (B) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente;
- (C) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (D) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas;
- (E) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas.

**24**

Durante a campanha eleitoral, Caio, candidato ao cargo de prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, prometeu aos eleitores que iria defender a criação de uma Comarca na referida municipalidade, de forma a ampliar o acesso à justiça por parte da coletividade em geral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, a instalação da Comarca Alfa deverá ser feita por:

- (A) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça ou da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (B) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência da Assembleia Legislativa;
- (C) lei de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (D) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato do governador do estado;
- (E) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal.

**25**

O Supremo Tribunal Federal foi provocado a decidir sobre a validade de uma lei municipal que tornava obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em *lan houses*, *cyber* cafés e estabelecimentos similares.

No que se refere a esse tema, de acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência é:

- (A) da União;
- (B) dos estados;
- (C) dos municípios;
- (D) da União e dos estados;
- (E) da União, dos estados e dos municípios.

**26**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) instituiu o mecanismo da tomada de decisão apoiada, que consiste em um instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões.

Sobre esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa pode apresentar denúncia sobre eventual negligência de um apoiador;
- (B) a pessoa com deficiência pode selecionar até três pessoas para servirem como apoiadoras;
- (C) o Ministério Público pode indicar um indivíduo ou instituição para atuar como apoiador;
- (D) a pessoa apoiadora pode colocar fim imediato ao acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada;
- (E) prevalecerá, em regra, a opinião da pessoa apoiada em caso de divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores.

**27**

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil conforme procedimento previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

A Convenção reconhece que as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência podem ser agravadas por outras formas de discriminação sofridas por grupos marginalizados, razão pela qual contém dispositivo específico para alguns desses grupos, como:

- (A) idosos com deficiência;
- (B) mulheres com deficiência;
- (C) indígenas com deficiência;
- (D) transexuais com deficiência;
- (E) pessoas negras com deficiência.

**28**

A Lei nº 13.146/2015 prevê, em seu Título II (“Dos crimes e das infrações administrativas”), uma série de condutas ilícitas que, se praticadas, podem resultar em pena de reclusão de até 14 anos.

Será de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do crime de discriminação contra pessoa com deficiência, previsto no Art. 88 da referida Lei, quando praticado mediante:

- (A) publicação em revista on-line;
- (B) afixação de pôster ou *banner*;
- (C) troca de mensagens por aplicativo;
- (D) publicação de conteúdo em rede social aberta;
- (E) impressão de jornal de grande circulação.

**29**

Antônio, servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, era desafeto do seu superior hierárquico. Este último, com o objetivo deliberado de prejudicá-lo, decidiu transferir Antônio para localidade distante, embora não fosse identificada necessidade do serviço. Irresignado, Antônio reuniu provas do ocorrido e encaminhou representação ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de ação em face do seu superior hierárquico em razão da prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, o Ministério Público concluiu corretamente, em relação à conduta do superior hierárquico, que:

- (A) a conduta não configura ato de improbidade administrativa, em razão do seu não enquadramento na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) o desvio de finalidade afronta a moralidade administrativa, estando caracterizado ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992;
- (C) a não caracterização do dolo do superior hierárquico impede o enquadramento da conduta na tipologia da Lei nº 8.429/1992 em que se subsume;
- (D) a conduta do superior hierárquico causou dano à esfera jurídica de Antônio, configurando ato de improbidade administrativa em razão do especial fim de agir que a motivou;
- (E) a tipologia da Lei nº 8.429/1992 é exemplificativa, o que permite o enquadramento da conduta do superior hierárquico na figura tipológica de violação aos princípios regentes da atividade estatal.

**30**

Joana é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do seu elevado nível de dedicação ao serviço, além da simpatia e solicitude que caracterizam a sua interação com os usuários do serviço, era comum que recebesse presentes, com valor comercial, de modo dissociado de ações de divulgação e de eventos especiais ou datas comemorativas. Os bens buscavam apenas lhe agradar, não estando condicionados ou relacionados a qualquer ato afeto ao exercício funcional. Apesar da boa-fé com que se conduzia, Joana foi aconselhada a analisar o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 32/2021), de modo a verificar se o recebimento de presentes era efetivamente permitido.

Após a análise realizada, Joana concluiu corretamente que o recebimento dos referidos presentes, nas condições indicadas, é:

- (A) vedado, em qualquer hipótese;
- (B) permitido, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedado, caso os idênticos presentes não sejam oferecidos à generalidade dos servidores lotados no mesmo órgão de Joana;
- (D) permitido, desde que a soma dos presentes recebidos anualmente não ultrapasse o limite anual de um salário mínimo;
- (E) permitido, desde que não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública, devendo ser doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

A Redução de Danos (RD) ocupa um lugar estratégico na política pública de atendimento a usuários de álcool e outras drogas. Considerando a adoção da estratégia de redução de danos na atenção aos usuários de substâncias psicoativas, é correto afirmar que:

- (A) a abstinência é, ao mesmo tempo, a pré-condição e a meta a ser atingida pelos usuários de drogas, favorecendo sua adesão aos tratamentos e a evitação de recaídas;
- (B) a RD entende que a demanda por drogas consideradas danosas fomenta a oferta; assim, apoia ações repressivas e criminalizadoras da produção, do comércio e do uso;
- (C) a lógica da medicalização na RD é hegemônica e está integrada a estratégias motivacionais e a práticas hospitalocêntricas no território do sujeito;
- (D) as estratégias de RD consideram os usuários de drogas sujeitos de direitos e buscam garantir seu acesso às políticas públicas – saúde, educação, cultura, trabalho – de modo integral;
- (E) a estratégia da RD questiona a autonomia e o direito das pessoas de fazerem uso de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, sem, no entanto, recorrer a julgamentos morais e patologizantes.

32

Conforme publicado na mídia, um pai denunciou um caso de discriminação após descobrir que alunos da escola escreveram um "diário" com ofensas a seu filho, de 10 anos. As agressões foram praticadas por três colegas de sala, com idades de 10 e 11 anos, e consistiam em chamar o menino de "macaco" e "mendigo", entre outros tratamentos vexatórios.

Considerando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) o caso configura delito hediondo, análogo a crime de injúria racial, cabendo a aplicação de medida socioeducativa em meio fechado;
- (B) a medida socioeducativa aplicada, em que pese a gravidade do ato infracional praticado, deverá ser cumprida em meio aberto, considerando a idade dos autores;
- (C) o ordenamento jurídico prevê nesse caso a substituição da medida socioeducativa de internação das crianças autoras do ato infracional pela medida protetiva de acolhimento institucional;
- (D) os responsáveis legais dos autores do ato infracional responderão criminalmente, inclusive com pagamento de indenização, pela violência moral e psicológica praticada pelos filhos contra o colega;
- (E) as crianças autoras e vítima e suas famílias poderão receber orientação, apoio e acompanhamento temporários em equipamentos de promoção psicossocial e participar de práticas de resolução pacífica de conflitos.

33

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida pelo psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours, analisa os impactos psíquicos do trabalho na subjetividade do trabalhador. Considerando as contribuições mais recentes dessa abordagem, é correto afirmar que:

- (A) a construção de sentido e a satisfação no trabalho decorrem do sucesso no estrito cumprimento do trabalho prescrito;
- (B) o sofrimento ético ocorre quando as exigências do trabalho conflitam com a busca individual de prazer e bem-estar emocional;
- (C) as estratégias defensivas como negação e racionalização, adotadas pelo trabalhador, são a causa do sofrimento patogênico;
- (D) o trabalho real é aquele regido por normas, protocolos, regras e manuais, protegendo o trabalhador de lidar com imprevistos;
- (E) o sofrimento criativo emerge do enfrentamento do trabalho real e pode converter-se em prazer pela mobilização da inteligência prática e pelo reconhecimento.

34

A Lei nº 13.431/2017 tornou obrigatória a oitiva de crianças e adolescentes pelas técnicas de escuta especializada e depoimento especial. Nos termos dessa lei, a implantação das salas de depoimento especial é obrigatória em todas as comarcas do território nacional.

Dentre as alternativas abaixo, aquela que apresenta uma situação em que há previsão expressa de realização do depoimento especial é:

- (A) Vitória, 13 anos, deverá manifestar sua concordância com o pedido de adoção feito por seus tios;
- (B) o Conselho Tutelar acolheu Lucas, 6 anos, ao encontrá-lo sozinho dormindo em um banco da praça;
- (C) Gabriel, 14 anos, foi apreendido pela polícia após arrancar o celular das mãos de um idoso e sair correndo;
- (D) Ludmila, 12 anos, cuida dos irmãos mais novos e das tarefas domésticas enquanto sua mãe sai para trabalhar;
- (E) Alana, 10 anos, enviou fotos suas despida para uma pessoa que ela conheceu por meio de uma plataforma de jogos online.

35

Conflitos são fenômenos que atravessam a convivência entre as pessoas nos mais diferentes contextos, sendo o ambiente de trabalho um dos espaços onde os conflitos se manifestam.

Sobre a compreensão dos diversos aspectos referentes aos conflitos no ambiente de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) os conflitos são fenômenos negativos em sua essência, sendo papel do psicólogo na organização arbitrá-los para restaurar a harmonia;
- (B) a competição entre os servidores deve ser incentivada na busca de maior produtividade e resolutividade para a instituição como um todo;
- (C) a abordagem estrutural tem como foco os efeitos do conflito e a busca de soluções de compromisso entre os envolvidos a partir do paradigma "ganha-ganha";
- (D) conflitos relacionados à execução das tarefas podem estimular o pensamento crítico e a busca de soluções criativas e inovadoras para lidar com os problemas;
- (E) diferentes vivências pessoais e valores morais inviabilizam a convivência pacífica no ambiente de trabalho, de modo que a conciliação deve buscar a convergência das visões de mundo.

**36**

Ana, 20 anos, tem síndrome de Down, recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e sempre residiu com sua mãe, Noêmia. Após o falecimento de Noêmia, Ana foi morar com seu irmão mais velho, Antônio, que propôs uma ação de interdição em face de Ana com pedido de curatela.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) Ana será considerada, a partir da interdição, inimputável na hipótese de cometimento de crime ou infração administrativa;
- (B) a decretação da interdição dependerá de perícia médica e estudo psicossocial para que se avalie a extensão da limitação e a necessidade de um curador para Ana;
- (C) a interdição dará a Antônio plenos poderes para gerir os atos existenciais da vida civil de Ana, desde que garantidos os interesses prioritários da curatela;
- (D) a interdição é automática nas hipóteses de causas orgânicas de deficiência mental, aplicando-se tão somente a atos da vida civil referentes à gestão da renda e do patrimônio;
- (E) Antônio, ao se tornar tutor de Ana, passará a administrar o recebimento e a destinação dos valores recebidos pela irmã a título de benefício previdenciário.

**37**

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre as medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha, encontra-se o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.

É objetivo de um programa dessa natureza, em consonância com a Lei:

- (A) fomentar a reflexão sobre a responsabilidade de cada um – ofensor e ofendida – na dinâmica da violência doméstica;
- (B) promover a mediação entre o autor e a vítima, restaurando o diálogo em busca de soluções pactuadas pelos envolvidos;
- (C) funcionar como estratégia de prevenção primária à violência doméstica, inibindo a reincidência das agressões contra a mulher;
- (D) incentivar a desconstrução de modelos de masculinidade violenta, buscando desnaturalizar comportamentos agressivos;
- (E) proporcionar um espaço de catarse de emoções reprimidas e experiências traumáticas pretéritas, atuando nas causas da violência contra a mulher.

**38**

O Art. 70 do Estatuto da Pessoa Idosa prevê que: “O poder público poderá criar varas especializadas e exclusivas da pessoa idosa”. A 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas (VEPI) do TJRJ foi instalada em janeiro de 2025. Pioneira no Brasil, a Vara tem como foco principal dar atendimento aos idosos em situações previstas no Estatuto da Pessoa Idosa.

Diante disso, considere as situações a seguir.

- I. Carlos, empresário, 70 anos, foi preso em flagrante por importunação ofensiva ao pudor.
- II. Mário, 75 anos, e Luísa, 70 anos, viúvos, oficializaram sua união estável no cartório de registro civil a despeito da desaprovação dos filhos de Mário.
- III. O pedido de recebimento de Benefício de Prestação Continuada feito por Elza, 65 anos, foi indeferido pelo INSS em função da renda familiar *per capita*.
- IV. Teresa, 85 anos, não recebe visitas de seus filhos na instituição de longa permanência para idosos onde está internada.

É(são) competência(s) da VEPI:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) IV, apenas;
- (D) III e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**39**

O elevado volume de processos, os prazos exíguos e o contato frequente com partes, advogados e demais operadores do direito em situações de conflito e sofrimento constituem condições inerentes ao trabalho no Poder Judiciário e representam fatores de risco para o adoecimento físico e mental dos servidores.

Nesse contexto, analise as seguintes medidas para a promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT) e para a prevenção do adoecimento:

- I. a ampliação do quadro de servidores efetivos;
- II. a oportunidade de uso e desenvolvimento das capacidades e habilidades;
- III. a oferta de canais seguros de denúncia de assédio moral e violência institucional.

Está(ão) correta(s) a(s) medida(s):

- (A) III, apenas;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**40**

Lucas tem 15 anos e está inserido há um ano em uma unidade de acolhimento de crianças e adolescentes em que se sente seguro e confiante, tendo maior proximidade com a diretora Luciana e com a psicóloga Valéria. Recentemente, ele foi destituído do poder familiar na Vara de Infância competente. Há dois meses ele presenciou o processo de aproximação e colocação em adoção de dois irmãos de 5 e 7 anos em nova família, passando a demandar que também fosse adotado.

Em relação a esse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Lucas não pode ser adotado, porque a adoção é medida de proteção cabível somente até 12 anos incompletos;
- (B) a família biológica de Lucas tem que ser consultada e concordar com a adoção;
- (C) Luciana deve demover Lucas desse projeto, devendo mobilizá-lo para projeto de profissionalização;
- (D) Lucas pode ser adotado por meio de processo iniciado na Vara de Infância enquanto não atingir 18 anos;
- (E) Valéria tem a incumbência de ajudar na elaboração do luto do abandono e desestimular a ideia de adoção, que pode ser frustrante.

**41**

Camila sempre foi considerada uma pessoa difícil, pois apresenta intensas e rápidas mudanças de humor, baixa tolerância à frustração, comportamentos impulsivos e alternância entre momentos em que se percebe como perfeita e momentos em que se desvaloriza profundamente, além de também apresentar dificuldade no controle da raiva.

Em função disso, as pessoas tendem a se afastar de seu convívio, de maneira que seus relacionamentos interpessoais são instáveis. Isso confirma para Camila a sensação de abandono, que ela intimamente acredita ser parte constitutiva de seus relacionamentos.

Após ela ter tentado se suicidar, sua família buscou por atendimento na área de saúde mental.

Apesar da complexidade que envolve o processo diagnóstico psicopatológico, os comportamentos de Camila parecem ser sugestivos de transtorno:

- (A) do espectro autista;
- (B) opositivo desafiador;
- (C) de personalidade borderline;
- (D) de personalidade antissocial;
- (E) de personalidade obsessivo-compulsiva.

**42**

Leonardo é médico e publicamente fala sobre os malefícios do cigarro. Apesar disso, ele é um fumante inveterado há anos. Sabendo dos males do cigarro, ele passou a não tragar a fumaça, afirmando que assim os males decorrentes do tabagismo são mitigados.

O comportamento de Leonardo ratifica o que Leon Festinger estudou em suas pesquisas de psicologia social, caracterizando-se como um claro exemplo de:

- (A) impacto cultural;
- (B) dissonância cognitiva;
- (C) estereótipo de campo;
- (D) preconceito profissional;
- (E) experiência correlacional.

**43**

No 31º censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2023, o Ministério Público identificou que 78,31% das crianças e adolescentes acolhidos em todo o estado têm o perfil étnico de pardos e negros, com cerca de 51% de acolhimentos de meninos, 49% de acolhimentos de meninas e 43% do total de acolhimentos tendo ocorrido há menos de seis meses.

Esses dados indicam uma dinâmica reveladora de:

- (A) misoginia política;
- (B) racismo estrutural;
- (C) machismo ambiental;
- (D) aporofobia individual;
- (E) discriminação cultural.

**44**

Larissa e Camila são namoradas há dois anos. Elas moram em casas separadas e sempre se deram bem, mas, recentemente, Camila passou a desenvolver muitos ciúmes de Larissa por acreditar que ela esteja mantendo outro relacionamento em seu local de trabalho. Em função disso, Camila foi ao local de trabalho da namorada e, descontrolada, quebrou muitos dos objetos necessários ao seu exercício laborativo.

Em relação a esse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Camila cometeu violência psicológica contra Larissa, pois a caluniou na briga;
- (B) Camila cometeu ações de violência patrimonial contra a namorada Larissa;
- (C) Camila praticou violência física contra Larissa, pois a humilhou publicamente;
- (D) as atitudes de Camila foram motivadas por amor, o que exclui sua responsabilidade penal;
- (E) Camila não praticou violência contra Larissa, pois o conceito de violência contra a mulher só se aplica a casais que moram juntos.

**45**

Com base na abordagem psicológica desenvolvida por Vygotsky, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) O homem é um ser natural, forjado pelo confronto entre forças conscientes e inconscientes.
- ( ) A atividade cerebral é sempre mediada por instrumentos e signos.
- ( ) A linguagem compreende várias formas de expressão: oral, gestual, escrita, artística, musical e matemática.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, F, V;
- (C) F, V, F;
- (D) F, V, V;
- (E) F, F, F.

**46**

Ao analisar o nascimento de uma nova anatomia política cujo objeto e finalidade são as relações de disciplina, Foucault faz referência a uma técnica de vigilância que visava a vigiar e controlar os corpos, consistindo em uma edificação periférica, em forma de anel, com uma torre no centro.

O edifício periférico seria dividido em celas, cada qual com duas janelas, uma das quais daria para a torre. Na torre, um vigilante vigiaria cada janela, sem ser visto. Assim, cada sujeito olhado se converteria em objeto de informação sem nunca ser sujeito de comunicação.

Esse dispositivo, que foi amplamente replicado em fábricas, escolas e prisões, é:

- (A) o asilo;
- (B) a clínica;
- (C) o panóptico;
- (D) a sexualidade;
- (E) a medicalização.

**47**

A Pesquisa Atlas da Violência (2024) registrou que, em 2022, 3.806 mulheres foram assassinadas no Brasil, e que 4.172 mortes violentas de mulheres foram classificadas como MVCI (mortes violentas por causas indeterminadas).

Sobre violência de gênero, é correto afirmar que:

- (A) sua caracterização é restrita à violência ocorrida entre homem e mulher;
- (B) a perspectiva do determinismo biológico e do binarismo de gênero deve ser adotada para o seu enfrentamento efetivo;
- (C) a articulação da Rede de Atenção e Proteção à Mulher prescinde da legislação local e do conhecimento do território;
- (D) os tipos de violência tipificados na Lei Maria da Penha são suficientes para abranger todo tipo de violência sofrida pelas mulheres;
- (E) a notificação em casos de violência é obrigatória mesmo para os profissionais de saúde que atuam em espaços laborais privados, como, por exemplo, consultórios particulares.

**48**

No conhecido texto “O mal-estar na cultura”, Freud debruça-se sobre a impossibilidade de realização da felicidade humana em sua plenitude e sobre as contradições presentes no mandamento cristão de amar ao próximo, haja vista a tendência de que este último seja tomado como objeto de exploração sexual, humilhação, martírio e extermínio.

Tal tendência é, no aspecto econômico da metapsicologia, expressão do(a):

- (A) id;
- (B) pulsão sexual;
- (C) pulsão de morte;
- (D) instinto de autoconservação;
- (E) narcisismo das pequenas diferenças.

**49**

Joana sofria violência doméstica do companheiro, Miguel, quando eram casados. As agressões de Miguel foram frequentemente assistidas pela filha deles, Jennifer, com atuais 12 anos de idade. Depois da separação, Joana continua sofrendo agressões nos dias de convivência paterna, quando Miguel a encontra para buscar a adolescente, que, por sua vez, permanece presenciando a violência paterna contra a mãe. Nesse contexto, Miguel ajuizou uma ação de guarda compartilhada.

À luz da lei da guarda compartilhada e sua relação com a violência doméstica, é correto afirmar que:

- (A) a guarda compartilhada será aplicada se houver concordância por parte da adolescente, cuja opinião terá caráter decisório;
- (B) a violência doméstica não é impedimento para a guarda compartilhada, bastando que se evite o encontro face a face entre os genitores;
- (C) a guarda compartilhada deverá ser concedida nesse caso, já que a violência doméstica é dirigida contra a mulher, e não contra a jovem;
- (D) a guarda exclusiva é concedida apenas nos casos em que um dos genitores não deseja a guarda, de modo que a guarda compartilhada deverá ser aplicada nesse caso;
- (E) a guarda compartilhada não será aplicada quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

**50**

Josy, uma mulher trans, sofre vários tipos de violência, que se intensificaram durante o seu processo transexualizador. Num certo episódio, sofreu uma agressão tão traumática que a levou a querer destransicionar e ajuizar uma ação de redesignação de nome civil.

O fato de uma pessoa possuir uma identidade de gênero que não se encaixa nos padrões normativos a deixa em situação de vulnerabilidade social e de risco de vida, como acontece com a grande maioria da população trans no Brasil. Nesse contexto de discussão, são importantes as contribuições da teoria *queer*, especialmente de Judith Butler, conhecida pela perspectiva crítica que a consagrou no livro “Problemas de Gênero”.

De acordo com sua teoria, é correto afirmar que:

- (A) o sexo, por ser pré-discursivo e natural, não deve ser abordado pela psicologia social, reservando-se a esta a questão do gênero;
- (B) o gênero possui uma essencialidade que, no entanto, é reprimida pela sociedade quando afronta as normas sexuais;
- (C) a repetição da performance de gênero tem por finalidade regular a sexualidade sob o marco da heteronormatividade;
- (D) o sexo destina o gênero e o desejo, de tal modo que qualquer dissociação entre esses registros é causa de sofrimento psíquico;
- (E) a definição de gênero depende da inscrição da lei paterna que interdita o incesto intergeracional.

**51**

Michelle passou no concurso público para o cargo de psicóloga do Tribunal de Justiça. Ao chegar ao setor para o qual foi designada, reuniu-se com a psicóloga que ela iria substituir, em função da aposentadoria iminente da colega.

Sobre a guarda e a transferência dos registros documentais arquivados no setor, é correto afirmar que:

- (A) a transferência de tais registros para Michelle é vedada em razão da quebra de sigilo;
- (B) Michelle deve recusar a transferência dos registros, haja vista serem oriundos do trabalho de outra psicóloga, que já foi encerrado;
- (C) a psicóloga aposentada deve realizar a guarda dos registros por cinco anos para que, após esse prazo, seja permitido a Michelle o acesso a eles;
- (D) Michelle será a nova responsável pelo material que foi produzido, e sua transferência deve ser registrada em documento no Conselho Regional de Psicologia;
- (E) a transferência dos registros deve ser feita com autorização da chefia imediata à qual os psicólogos estão subordinados, sendo esta a responsável exclusiva pela guarda dos documentos.

**52**

Em seu conhecido retorno aos textos de Freud, Lacan demonstra que a psicanálise é orientada por uma ética própria, para a qual a figura trágica de Antígona é modelo de subversão frente à tirania com que as leis e as regras eventualmente organizam a vida social. A ética da psicanálise pressupõe a radicalidade da experiência analítica, na qual a singularidade prevalece sobre a moral sexual e os padrões normativos com pretensões de universalidade.

Trata-se de uma ética orientada pelo:

- (A) desejo;
- (B) narcisismo;
- (C) serviço de bens;
- (D) imperativo superegoico;
- (E) objeto de satisfação primordial.

**53**

Com relação ao conceito de interseccionalidade, é correto afirmar que:

- (A) enfatiza a interação entre os marcadores sociais da diferença, evidenciando que as formas sociais de opressão não agem de maneira isolada;
- (B) considera como os mecanismos sociais de opressão são mutuamente forjados, restringindo-se às categorias sociais de raça, classe e gênero;
- (C) busca compreender como as desigualdades sociais se articulam em múltiplos níveis, privilegiando a raça como mecanismo central de opressão;
- (D) é um conceito amplo, que reflete a diversidade da sociedade, apresentando, contudo, estabilidade temporal e homogeneidade cultural em sua definição;
- (E) compreende o funcionamento da instância social de modo causal e mecanicista, possibilitando inferir predições populacionais acerca do alcance da equidade.

**54**

A revelação do abuso sexual implica diversas demandas, algumas não explícitas, que envolvem complexos vínculos familiares e que não se encerram com a interrupção da violência.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) o abuso sexual intrafamiliar deve ser considerado como uma problemática fundamentalmente individual, que envolve tão somente o agressor e a vítima;
- (B) a mãe deve ser investida da tarefa exclusiva de prover os cuidados adequados à prole no processo de reorganização decorrente da ruptura do segredo do abuso;
- (C) as famílias em que ocorre abuso sexual doméstico possuem um tipo especial de transtorno que deve ser tratado através de meios medicamentosos e psicoterápicos;
- (D) meninas e meninos representam estatisticamente o mesmo número das vítimas de abuso sexual, ao mesmo tempo em que os pais são maioria absoluta dos autores desse tipo de violência;
- (E) é importante compreender o lugar de cada familiar na conformação de lealdades, na promoção da coesão familiar e na contribuição para o rompimento ou reordenamento das relações.

**55**

Impulsionados pela Constituição de 1988 e pela criação do SUS (Sistema Único de Saúde), os movimentos nacionais e seus apoiadores fizeram avançar ações práticas de cuidado em liberdade sob o lema “por uma sociedade sem manicômios”, o que ficou conhecido como luta antimanicomial.

Entre os princípios da luta antimanicomial, encontra-se o cuidado em liberdade, bem como:

- (A) o direito ao cuidado hospitalar, à internação compulsória como medida protetiva e à reinserção social;
- (B) a garantia dos direitos humanos, a desinstitucionalização e a reinserção psicossocial;
- (C) a conquista dos direitos civis e sociais, a garantia dos direitos humanos e a incorporação de tecnologias de apoio;
- (D) o diagnóstico sociodemográfico para a inclusão territorial, a garantia do cuidado interdisciplinar e a construção de redes de apoio formais;
- (E) a atenção centrada na tipologia diagnóstica, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão para a garantia do cuidado e a assistência centrada na porta de entrada do sistema de saúde.

56

A atual realidade prisional brasileira só pode ser compreendida a partir da análise crítica da história de nosso território, desde o início da colonização, e dos efeitos da violência e do extermínio dos povos originários e dos povos africanos que foram sequestrados e aqui escravizados.

Assim, não é possível discutir as prisões na América Latina, e especialmente no Brasil, sem compreender o papel que o racismo estrutural teve e ainda tem na realidade brasileira.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a prisão deve ser considerada um mecanismo penal eficaz e útil para dar conta da criminalização contemporânea e todas as suas múltiplas implicações coletivas e sociais;
- (B) a atuação do psicólogo no sistema prisional de forma longitudinal tem como efeito, a médio e longo prazo, a redução de danos protegendo a sociedade, e com cuidado para não fortalecer os níveis de exclusão;
- (C) a criminalização, e não a criminalidade em si, deve ser considerada não mais como algo natural e regido por causas biológicas e/ou individuais, mas como um processo social e histórico, delimitado por uma definição de crime como determinado socialmente e de acordo com certo momento histórico;
- (D) a constituição social da figura do delinquente ou o olhar sobre os indivíduos que são considerados em vulnerabilidade social devem, portanto, ser elementos de reflexão e orientadores principais da prática profissional da psicologia, deixando-se para um segundo momento a análise crítica sobre os atravessamentos jurídicos e institucionais;
- (E) o conceito de periculosidade justifica uma possível patologia do criminoso, bem como a defesa social como objetivo-fim de um sistema de solução de conflitos em uma sociedade projetada pelo contrato social e consenso coletivo, sendo a interface entre psicologia e justiça fundamental para essa análise.

57

O Sistema Único de Saúde tem como uma de suas diretrizes a integralidade, caracterizada pela oferta de atenção às necessidades de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de um dado indivíduo ou comunidade, considerando seu contexto social.

A busca do atendimento integral tem como grande desafio a reestruturação dos estabelecimentos e organizações do setor da saúde, o que deverá ocorrer tanto por meio da organização e articulação desses serviços entre si quanto por meio da:

- (A) definição de planos de cuidado sistematizados e intersetoriais;
- (B) reformulação das práticas dos profissionais de saúde em suas respectivas equipes;
- (C) construção de projetos terapêuticos centrados nos respectivos diagnósticos situacionais das equipes;
- (D) identificação das principais linhas de força presentes nos diagnósticos territoriais e das equipes;
- (E) manutenção das ações de planejamento estratégico definidas no interior das equipes.

58

No contexto do Poder Judiciário, as intervenções junto às famílias podem ser de diversas ordens, desde o atendimento em separado dos seus membros até atendimentos em conjunto, seja para observar a dinâmica familiar, seja para fins de orientação e mediação familiar, entre outras ações.

Por vezes, há necessidade de se encaminhar a família para inclusão em políticas sociais específicas, sendo também atribuição do psicólogo jurídico contribuir para a composição da rede pública de assistência e de saúde.

Nessa direção, é correto afirmar que:

- (A) a rede pública de assistência receberá encaminhamento para avaliar a necessidade do atendimento apenas, e tão somente, após a feitura do laudo e avaliação do judiciário;
- (B) a articulação dos psicólogos que atuam em varas de família com as políticas públicas locais é um viés central para o trabalho intersetorial, visando a garantir e assegurar direitos da população atendida;
- (C) os processos de acolhimento a essas famílias devem considerar um conjunto de variáveis clínicas e institucionais para definir os mecanismos de referência e de contrarreferência nas redes de atenção à saúde;
- (D) as estratégias de atendimento devem incluir obrigatoriamente momentos de avaliação conjunta de todos os membros da família nuclear para que o tipo de encaminhamento e articulação intersetorial seja definido;
- (E) a definição do tipo de família, bem como a definição dos arranjos familiares e sua descrição detalhada, são componentes fundamentais para a construção da avaliação psicológica, a identificação do grau de vulnerabilidade e a definição do tipo de encaminhamento.

59

A violência de gênero frequentemente manifesta-se de forma dissimulada, e sua compreensão adequada exige sensibilidade e conhecimento teórico, técnico e ético por parte do profissional de psicologia.

Portanto, o reconhecimento da violência de gênero no trabalho cotidiano do profissional de psicologia permite:

- (A) identificar quando a subordinação de gênero se impõe como elemento estruturante dessas dinâmicas;
- (B) estabelecer quando os marcadores interseccionais desempenham um fator determinante na situação apresentada;
- (C) reconhecer quais marcadores sociais estão presentes no momento da queixa e identificar as estratégias de intervenção;
- (D) compreender as múltiplas dimensões dessa violência e, ao identificar seus efeitos, estabelecer os critérios de inclusão de atendimento nas redes de serviços;
- (E) oferecer o acolhimento adequado e atuar de maneira preventiva e interventiva, orientando as mulheres sobre seus direitos e realizando os devidos encaminhamentos para os serviços apropriados.

60

Elisa, 35 anos, negra, casada, mãe de três filhos, com ensino superior completo, trabalhava como caixa de um banco privado, mas está desempregada. Atualmente é atendida na Clínica da Família de seu território pela médica de família e comunidade e por uma profissional de saúde mental do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Elisa está chorando, relatando as situações de violência que sofre, perpetradas pelo marido com quem vive há quatro anos, que é o pai de seu filho mais novo. A médica de família solicitou esse atendimento conjunto, matriciamento, após perceber hematomas (manchas roxas) pelo corpo de Elisa em mais de uma consulta, sem alterações laboratoriais que as justificassem. Durante o atendimento, as profissionais de saúde perceberam que, além de chorar muito, Elisa se queixou de dor de cabeça e dores de estômago, queixas que ela tinha apresentado em consultas anteriores, quando ainda não tinha falado sobre a situação de violência que vivia. Elisa mantinha o cuidado dos filhos e dizia dormir bem, fora as noites em que o marido a agredia. Disse querer mudar de vida e que queria ajuda, mas pontuou que isso era difícil, pois dependia financeiramente do marido.

Além de sofrer violência de gênero, Elisa apresenta também um quadro de:

- (A) somatização;
- (B) hipocondria;
- (C) depressão psicótica;
- (D) bulimia nervosa;
- (E) paranoia.

61

O Ministério Público ingressou com ação em face do Estado Alfa, em razão dos danos causados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, o *Parquet* invocou as regras aplicáveis à responsabilidade civil do Estado, à luz da teoria do risco integral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário dominante, a responsabilidade civil do Estado, à luz da teoria do risco integral, é:

- (A) objetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima ou de terceiro, mas não com fulcro no caso fortuito ou força maior;
- (B) subjetiva, não se admitindo a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (C) subjetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (D) objetiva, admitindo-se a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior;
- (E) objetiva, não se admitindo a exclusão do nexo de causalidade em razão do fato exclusivo da vítima, de terceiro ou do caso fortuito ou força maior.

62

José, servidor público competente, determinou a abertura de investigação, na esfera administrativa, em detrimento de João, agente público, sob o fundamento de que João teria perpetrado ilícito administrativo. Contudo, José assim agiu para satisfazer interesse privado, desvinculado do interesse público, já que João é seu desafeto de longa data e não praticou qualquer ato antijurídico.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, a prerrogativa reconhecida à administração para investigar e punir os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, é uma manifestação do poder:

- (A) regulamentar, mas José agiu com desvio de poder;
- (B) hierárquico, mas José agiu com excesso de poder;
- (C) disciplinar, mas José agiu com desvio de poder;
- (D) de polícia, mas José agiu com excesso de poder;
- (E) de polícia, mas José agiu com desvio de poder.

63

O juízo de direito titular da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro editou uma ordem de serviço, encaminhando-a, em seguida, à Corregedoria Geral da Justiça para fins de homologação, com o objetivo de padronizar os procedimentos cartorários de processamento dos autos remetidos à serventia pela Vara das Garantias.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a ordem de serviço é um ato administrativo:

- (A) enunciativo e negocial, ao mesmo tempo;
- (B) ordinatório e negocial, ao mesmo tempo;
- (C) enunciativo;
- (D) ordinatório;
- (E) negocial.

64

João e Maria tiveram um embate argumentativo, considerando as ideias que prestigiavam. João, valendo-se de sua liberdade de expressão, teria feito comentários que Maria entendia serem prejudiciais à sua imagem no ambiente sociopolítico e, em último nível, ao seu direito à honra. Por tal razão, Maria ajuizou ação de reparação de danos morais em face de João.

O juiz de direito, ao julgar a causa, observou corretamente que:

- (A) a ordem constitucional somente consagra o direito fundamental à liberdade de expressão, não o direito à honra;
- (B) a liberdade de expressão, em ambientes democráticos, sempre tem preferência sobre outros direitos, a exemplo da honra;
- (C) os direitos fundamentais oferecem proteção absoluta à pessoa humana; logo, é argumentativamente insustentável a colisão cogitada por Maria;
- (D) o direito à honra decorre da dignidade humana, assumindo contornos absolutos, sendo insuscetível de ser objeto de compressão pela liberdade de expressão;
- (E) a identificação do direito que deve preponderar, em maior ou menor medida, se a liberdade de expressão ou o direito à honra, será feita à luz das circunstâncias do caso concreto.

**65**

O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

- (A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
- (B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
- (C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
- (D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
- (E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

**66**

O prefeito do Município Sigma almeja contratar pessoa com expertise na área de gestão e governança digital, para dirigir um setor especificamente direcionado ao aprimoramento das atividades que demandam suporte tecnológico, de modo a aprimorar os serviços oferecidos à população. A exigência de um profissional qualificado para a direção do setor refletia uma necessidade permanente da Administração Pública.

Ao consultar sua assessoria jurídica em relação ao formato da referida contratação, o chefe do Poder Executivo municipal foi corretamente esclarecido de que:

- (A) deve ser utilizada a sistemática da contratação temporária;
- (B) a contratação deve ser antecedida pela aprovação da pessoa em concurso público;
- (C) podem ser utilizadas as sistemáticas do cargo em comissão e da função de confiança;
- (D) somente pode ser utilizada a sistemática do cargo em comissão, caso não haja prévia aprovação em concurso público;
- (E) somente pode ser utilizada a sistemática da função de confiança, caso não haja prévia aprovação em concurso público.

**67**

Após o encerramento de complexa relação processual, Maria, psicóloga no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi indagada por João, parte do processo, sobre a possibilidade de vir a aceitar um presente, a título de agradecimento pela sua atuação técnica nos autos. Assim sendo, Maria resolveu consultar, junto à legislação de regência, os regramentos aplicáveis à matéria.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) os brindes, ainda que sejam desprovidos de valor comercial ou que tenham valor módico, distribuídos por entidade de qualquer natureza, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, se caracterizam como presentes;
- (B) os presentes que, por alguma razão, não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para o Poder Judiciário serão alienados, por meio de leilão, àquele que oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- (C) não há qualquer impedimento no recebimento de presentes por parte dos servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, desde que o seu valor não ultrapasse o montante de mil reais;
- (D) não há qualquer impedimento no recebimento de presentes por parte dos servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, por ausência de vedação legal em sentido contrário;
- (E) os presentes que, por alguma razão, não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública serão doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

**68**

O psicólogo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, no desempenho de suas atribuições, primará pela estrita observância aos princípios do respeito e da valorização do ser humano, de acordo com o estabelecido no Código de Ética da profissão.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é dever e atribuição do psicólogo:

- (A) prestar orientação e acompanhamento ao serventuário, nos limites do processo administrativo. O atendimento aos serventuários será prestado preferencialmente por psicólogos à disposição do departamento de saúde do Tribunal de Justiça;
- (B) realizar visitas mensais a instituições diversas, visando ao estabelecimento de convênios para o desenvolvimento de diferentes programas de atendimento aos jurisdicionados e serventuários;
- (C) observar o plano de trabalho apresentado semestralmente ao serviço de apoio aos psicólogos para ratificação do presidente do Tribunal de Justiça, uma vez homologado pelo órgão com atribuição;
- (D) elaborar e participar de programas interdisciplinares de saúde ocupacional, voltados para os serventuários, no que tange aos aspectos psicológicos envolvidos;
- (E) participar, quando solicitado, das audiências, a fim de esclarecer aspectos técnicos da psicologia, admitindo-se a sua participação como testemunha.

**69**

Caio, enquanto ainda era bebê, foi adotado por José e Maria, que exerceram o poder familiar com firmeza e, ao mesmo tempo, com carinho e afeto. Contudo, aos 16 anos de idade, Caio, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro/RJ, demonstrou interesse em conhecer sua origem biológica.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que Caio:

- (A) poderá ter acesso ao processo de adoção, desde que apresente laudo técnico, elaborado por psicólogo judicial, atestando que a medida atende ao seu melhor interesse;
- (B) não poderá ter acesso ao processo de adoção por ser relativamente incapaz, salvo mediante autorização judicial, por motivo de saúde devidamente fundamentado;
- (C) poderá ter acesso ao processo de adoção, desde que seja previamente emancipado, na forma da legislação civil;
- (D) poderá ter acesso ao processo de adoção, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica;
- (E) não poderá ter acesso ao processo de adoção enquanto não completar 18 anos de idade.

**70**

Luiza, psicóloga no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi designada para atuar como entrevistadora forense em uma audiência de depoimento especial. Assim sendo, a referida servidora, na qualidade de entrevistadora, entrou em contato com a criança na sala de escuta, ainda com os equipamentos de áudio e vídeo desligados. Nesse momento, Luiza buscou criar uma atmosfera satisfatória para o início do depoimento, procurando conhecer a linguagem e a capacidade narrativa da criança depoente, por meio de perguntas abertas não relacionadas ao objeto do depoimento, de modo a engajá-la para o início do procedimento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2019, que institui o Protocolo de Depoimento Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que a conduta de Luiza materializa a seguinte fase do depoimento especial:

- (A) recepção e apresentação do protocolo à criança;
- (B) perguntas de esclarecimento;
- (C) planejamento da audiência;
- (D) construção do *rapport*;
- (E) narrativa livre.

**PROVA DISCURSIVA**

Gabriela tem 21 anos e descobriu uma gravidez não planejada de seu recente relacionamento com o namorado Bernardo. No momento, ela considera que não teria condições emocionais e financeiras de cuidar de uma criança.

- a) Como Gabriela deve agir se desejar realizar a entrega protegida da criança que está sendo gestada em adoção? Justifique.
- b) Se Gabriela quiser entregar o filho em adoção, ela necessita do consentimento de Bernardo? Justifique.
- c) Gabriela pode desistir do desejo de entrega protegida se já tiver iniciado esse procedimento? Justifique.
- d) Disserte sobre a possibilidade de a gestante invocar o direito ao sigilo.

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

